

**APROVADO
PELO CONSELHO DIRETIVO DA
APA, I.P.,**

no uso de competência subdelegada pelo Despacho
do Secretário de Estado do Ambiente de
08/04/2025, exarado ao Documento de
Autorização n.º 2/2025, de 18/03/2025

Ministério do Ambiente e Energia
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Programa de Concurso

Amadora, dezembro de 2024

Concurso Público

(COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE)

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

EMPREITADA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL
DAS PRAIAS DO CONCEHO DE ALMADA
(COSTA DA CAPARICA E DE S. JOÃO DA CAPARICA) - 2025

P.AGREG 114/2024
PA 114/2024.3

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

(COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE)

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ÍNDICE GERAL

1. Objeto do concurso	5
2. Agrupamento de Entidades adjudicantes	5
3. Peças do concurso.....	6
4. Júri	7
5. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do concurso	7
6. Concorrentes	8
7. Proposta e documentos.....	9
8. Indicação do preço e preço base.....	12
9. Propostas variantes	13
10. Prazo e modo de apresentação das propostas	13
11. Prazo da obrigação de manutenção das propostas	13
12. Análise das propostas.....	13
13. Esclarecimentos sobre as propostas e documentos que as acompanham.....	13
14. Critério de adjudicação	14
15. Relatório preliminar	14
16. Audiência prévia.....	14
17. Relatório final.....	15
18. Dever de adjudicação.....	15
19. Notificação da decisão de adjudicação	15
20. Documentos de habilitação	16
21. Caução.....	17
22. Modo de prestação da caução.....	17
23. Preço anormalmente baixo	18
24. Minuta do contrato	18
25. Celebração do contrato	19
26. Não outorga do contrato.....	19
27. Comunicações	19
28. Encargos dos concorrentes com a elaboração das propostas	20
29. Regime legal aplicável	20
ANEXO I - Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos.....	21
ANEXO II - Modelo de declaração de aceitação das condições locais	22

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de impedimentos.....	23
ANEXO IV - Modelo do preço da proposta.....	24
ANEXO V - Modelo de acordo-promessa de constituição de agrupamento	25
ANEXO VI – Modelo de garantia bancária/seguro-caução	26
ANEXO VII – Modelo Fundos bloqueados no banco/Depósito Caução.....	27

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

PROGRAMA DE CONCURSO

Concurso Público

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

1. Objeto do concurso

- 1.1 O presente concurso tem por objeto, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas no Caderno de Encargos, a empreitada de “Alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025”.
- 1.2 O presente procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia foi adotado nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP).

2. Agrupamento de Entidades adjudicantes

- 2.1 As Entidades Adjudicantes são a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) a qual tem sede em Rua da Murgueira, 9/9A, Zambujal, Apartado 7585, 2610-124 Amadora, telefone 214728200, fax 214719074, sítio www.apambiente.pt e endereço eletrónico geral@apambiente.pt e a Administração do Porto de Lisboa, S.A. (APL, S.A.), a qual tem sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa, telefone 213611000, sítio www.portodelisboa.pt e endereço eletrónico geral@portodelisboa.pt, assumindo a APA, I.P. a posição de representante do agrupamento de entidades adjudicantes.
- 2.2 A Entidade responsável pela condução do procedimento, como representante do agrupamento de entidades adjudicantes, é a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através do Departamento do Litoral e Proteção Costeira (DLPC).
- 2.3 A despesa para a realização da empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e São João da Caparica), aprovada na operação PACS–FC-01433600, foi autorizada pelo Conselho de Ministros, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, do n.º 1 do artigo 36.º e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008,

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

de 29 de janeiro, na sua redação atual, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, conforme disposto no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2025, de 26 de fevereiro de 2025.

- 2.4 Por Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ambiente, de 08/04/2025, exarado ao Documento de Autorização n.º 2/2025, de 18/03/2025, no uso da competência delegada ao abrigo da subalínea i) da alínea a) do n.º 1 e da alínea c) e u) do n.º 2, todas do Despacho n.º 9406-A/2024, de 13 de agosto, da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 158, de 16 de agosto de 2024, e nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, do artigo 110.º do CCP e do artigo 44.º e seguintes do CPA, conjugado com a alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 32/2024, de 10 de maio, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXIV Governo Constitucional, foram expressamente subdelegadas no Conselho Diretivo da APA, I.P. todas as competências previstas no CCP inerentes à prática de todos os atos subsequentes a realizar no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2025, de 6 de março de 2025 e delegada, também no Conselho Diretivo da APA, I.P., a competência para contratar serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados.
- 2.5 A decisão para a prática de todos os atos subsequentes previstos no CCP, inclusive a decisão de contratar e a decisão de contratar serviços ao setor privado cujo objeto sejam estudos pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados, foi tomada por Deliberação do Conselho Diretivo da APA, I.P., ao abrigo das competências subdelegadas pelo Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ambiente, de 08/04/2025, exarado ao Documento de Autorização n.º 2/2025, de 18/03/2025.
- 2.6 A decisão de escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a designação do júri, bem como a delegação de competências no júri para a prestação de esclarecimentos aos interessados foram igualmente aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da APL, S.A.

3. Peças do concurso

- 3.1 O presente concurso rege-se pelo disposto no anúncio, presente programa, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados e efetuados.

- 3.2 As peças do presente concurso estarão disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, de forma livre, completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio.

4. Júri

- 4.1 O presente concurso é conduzido por um júri designado pelos órgãos competentes para a decisão de contratar.
- 4.2 O júri do concurso é composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes, todos da APA, I.P., designados pelos órgãos competentes para a decisão de contratar.
- 4.3 O júri do concurso inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
- 4.4 Compete nomeadamente ao júri:
- (a) Proceder à análise e avaliação das propostas;
 - (b) Elaborar os relatórios de análise e avaliação das propostas;
 - (c) Exercer a competência que lhe seja delegada pelos órgãos competentes para a decisão de contratar.

5. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do concurso

- 5.1 Os interessados poderão solicitar, por escrito, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do presente concurso, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, deverão apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do concurso por si detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato.
- 5.2 Os pedidos de esclarecimentos e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados deverão ser dirigidos à entidade responsável pela condução do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.
- 5.3 Os esclarecimentos solicitados deverão ser prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública indicada no ponto 5.2.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- 5.4 No mesmo prazo, os órgãos competentes para a decisão de contratar deverão pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados indicando os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por eles expressamente aceites.
- 5.5 Os órgãos competentes para a decisão de contratar poderão, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do concurso bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5.6 Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 5.7 Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
- 5.8 A decisão de prorrogação do prazo de apresentação das propostas caberá aos órgãos competentes para a decisão de contratar e deverá ser junta às peças do concurso e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.
- 5.9 Os esclarecimentos, bem como as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados deverão ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt e juntos às peças do concurso, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 5.10 Os esclarecimentos e as retificações passarão a fazer parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Concorrentes

- 6.1 Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente, as entidades relativamente às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 6.2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação das propostas.

- 6.3 Sem prejuízo da constituição jurídica do agrupamento não ser exigida no momento da apresentação da proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigar-se-ão, em caso de adjudicação, a assumir a forma de consórcio/agrupamento complementar de empresas, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente concurso.
- 6.4 Os membros de um agrupamento concorrente não poderão ser concorrentes neste concurso de forma isolada, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 6.5 Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis, perante as entidades adjudicantes, pela manutenção da proposta.

7. Proposta e documentos

- 7.1 A proposta deverá ser acompanhada dos seguintes documentos nos termos do artigo 57.º do CCP:
 - (a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível no endereço <https://ec.europa.eu/tools/espd>;
 - (b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - Documento com a indicação do preço, que deverá ser referido em algarismos e por extenso, sem IVA, elaborado de acordo com o Anexo IV deste Programa de Concurso;
 - Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução, elaborada de acordo com o Mapa de Quantidades de Trabalho constante do Anexo B do Caderno de Encargos;Nota: adicionalmente deverá ser entregue o referido documento da proposta, utilizando para o efeito software do tipo “Excel” ou similar;
 - (c) Documentos que contenham os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais as entidades adjudicantes pretendem que o concorrente se vincule:

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra, com especificação dos aspetos técnicos essenciais, incluindo a descrição e o detalhe dos processos construtivos a adotar e o modo de desenvolvimento dos trabalhos, com base na solução técnica proposta, tendo presentes os critérios de projeto adotados, adequabilidade e conteúdo das memórias técnicas e peças desenhadas, incluindo a descrição dos Trabalhos Preparatórios e a identificação dos condicionalismos existentes e modo de mitigação dos mesmos;
- Plano de Trabalhos, elaborado nos termos do artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos, com escala temporal semanal, duração da empreitada em dias, no qual se assinala a interdependência das atividades (atividades sucessoras e predecessoras), data prevista para início e conclusão dos trabalhos, que expressamente evidencie:
 - Identificação e sequência de todas as atividades no planeamento físico, com identificação do caminho crítico;
 - Adequação do plano de mão-de-obra afeta à empreitada, com efetivos semanais, expressos em efetivos / dia de cada categoria profissional, coerente com o Plano de Trabalhos da empreitada;
 - Adequação do plano de equipamentos afetos à empreitada, com carga semanal por tipo de afetação de trabalho, coerente com o Plano de Trabalhos da empreitada.

Nota: Adicionalmente deverá ser entregue o referido documento da proposta, utilizando para o efeito software do tipo “Excel” ou similar.

- Cronograma Financeiro Mensal, justificativo do Preço Total da Proposta, de acordo com o Plano de Trabalhos e o Mapa de Quantidades de Trabalho.

Nota: Adicionalmente deverá ser entregue o referido documento da proposta, utilizando para o efeito software do tipo “Excel” ou similar.

- Indicação dos preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e Construção (IMPIC), do CCP, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações. No caso de a proposta ser apresentada

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

por um Agrupamento de empresas devem ser indicados os preços parciais dos trabalhos que cada um dos membros do Agrupamento se propõe executar, em articulação da presente alínea com as disposições conjugadas do n.º 5 do art.º 60.º e da alínea c) do n.º 1 do art.º 57.º, todos do CCP.

- Declaração do concorrente em que este confirme que se inteirou, por exame direto, e também por análise de informação geoespacial disponibilizada dos locais de intervenção, das condições existentes no local de execução da empreitada, e que as aceita, conforme Anexo II deste Programa de Concurso.
- Declaração do concorrente de cumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias para a execução da empreitada.
- Metodologia a aplicar na gestão de segurança e saúde no trabalho, elaborada com base no Plano de Segurança e Saúde incluído no Anexo C do Caderno de Encargos.
- Metodologia para a gestão ambiental da empreitada, elaborada com base no Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição incluído no Anexo D do Caderno de Encargos.
- Metodologia de aplicação do sistema de gestão da qualidade.
- Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

7.2 Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos e elementos:

- (a) Identificação dos membros do agrupamento, e respetivos domicílios ou sedes, bem como, no caso de pessoas coletivas, a identificação dos representantes legais;
- (b) Documentos comprovativos dos poderes de representação dos representantes de cada um dos membros do agrupamento e/ou do representante comum do agrupamento e identificação deste último;
- (c) Descrição das prestações e obrigações que caberão a cada membro do agrupamento;
- (d) Referência a que cada um dos membros do agrupamento fica obrigado de forma solidária com os demais membros do agrupamento, perante as entidades adjudicantes, pela manutenção da proposta e pelo cumprimento das obrigações da mesma decorrentes;
- (e) Acordo-promessa de constituição de agrupamento, elaborado de acordo com o Anexo V a este Programa de concurso;

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- (f) Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento quando tenha sido designado um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso.
- 7.3 Os documentos emitidos pelo concorrente devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante assinatura digital qualificada, sendo que no caso do certificado digital não relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura é obrigatório que o concorrente submeta à plataforma documento indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 7.4 Os demais documentos devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 7.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos pontos 7.1, 7.2 e 7.3 devem ser assinados por representantes de cada membro do agrupamento ou pelo representante comum dos membros que o integram designado para o efeito.
- 7.6 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, admitindo-se que nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP, documentos com especificações técnicas dos equipamentos marítimos possam ser apresentados em inglês, devendo o interessado, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

8. Indicação do preço e preço base

- 8.1 Os preços constantes da proposta deverão ser expressos em euros e indicados em algarismos e por extenso e não devem incluir o IVA, conforme modelo constante do Anexo IV ao presente programa de concurso.
- 8.2 Em caso de divergência entre os preços indicados em algarismos e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
- 8.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 8.4 O preço indicado inclui todos os custos relativos à execução do contrato, incluindo custos incidentais ou acessórios, como taxas, seguros ou transporte.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- 8.5 O preço proposto não pode exceder o preço base de € 8.611.900,00 (oito milhões e seiscentos e onze mil e novecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

9. Propostas variantes

No presente concurso não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. Prazo e modo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que as acompanham deverão ser apresentados até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República, diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, que, nos termos do n.º 7 do artigo 131.º do CCP, deverá ocorrer em simultâneo com o envio para publicação do anúncio o Jornal Oficial da União Europeia, não sendo consideradas as propostas apresentadas depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.

11. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis contados da data do termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das propostas.

12. Análise das propostas

- 12.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos e termos e condições em que o concorrente se propõe a contratar.
- 12.2 É excluída a propostas cuja análise revele qualquer causa de exclusão prevista no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP, ou cujos documentos que a constituem não estejam assinados nos termos previstos no ponto 7 do presente programa.

13. Esclarecimentos sobre as propostas e documentos que as acompanham

- 13.1 O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 13.2 Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, ou não visem suprir omissões que determinassem a sua exclusão.

14. Critério de adjudicação

- 14.1 A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, no caso, o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 14.2 Em caso de empate entre duas ou mais propostas o critério de desempate utilizado é o sorteio.
- a) A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, com o Relatório Final, aos concorrentes ordenados em primeiro lugar.
 - b) Do sorteio realizado, será lavrada uma ata que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
 - c) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

15. Relatório preliminar

- 15.1 Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
- 15.2 No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no ponto 12.2 do presente Programa de Concurso.
- 15.3 Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do ponto 13 do presente Programa de Concurso.

16. Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

17. Relatório final

- 17.1 Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
- 17.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 17.3 O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado aos órgãos competentes para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

18. Dever de adjudicação

Sem prejuízo do disposto no artigo 79.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, os órgãos competentes para a decisão de contratar tomarão a decisão de adjudicação.

19. Notificação da decisão de adjudicação

- 19.1 A decisão de adjudicação será notificada em simultâneo pela entidade responsável pela condução do procedimento ao adjudicatário e a todos os concorrentes juntamente com o relatório final de análise das propostas.
- 19.2 Juntamente com a decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar dessa notificação:
- (a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto seguinte;
 - (b) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - (c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - (d) Prestar caução, indicando expressamente o seu valor.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

20. Documentos de habilitação

- 20.1 O adjudicatário está obrigado a apresentar os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, num prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação:
- (a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos e Anexo III a este Programa de Procedimento;
 - (b) Certidão de registo comercial com todas as inscrições em vigor ou os estatutos da pessoa coletiva, se aplicável;
 - (c) Certificado de registo criminal do concorrente e, no caso de pessoa coletiva, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, comprovativo de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - (d) Declaração emitida pela Segurança Social comprovativa de que não se encontra na situação prevista no artigo 55.º n.º 1 alínea d) do Código dos Contratos Públicos;
 - (e) Certidão do serviço de finanças competente comprovativa de que não se encontra na situação prevista no artigo 55.º n.º 1 alínea e) do Código dos Contratos Públicos;
 - (f) Alvará de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., contendo as habilitações necessárias à execução da empreitada, ou seja, a 5.ª subcategoria (Dragagens) da 3.ª categoria (Obras hidráulicas), em classe que cubra o valor global da proposta.
 - (g) Documento comprovativo da prestação da caução nos termos do disposto no ponto 21 do presente programa de concurso.
 - (h) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - (i) Se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do presente concurso e os termos da proposta adjudicada;
 - (j) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
 - (k) Documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou o respetivo código de acesso, na medida e que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos.

- 20.2 O adjudicatário pode, em substituição da apresentação dos documentos de habilitação, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 20.3 Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.
- 20.4 Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se porém que sejam apresentados em língua estrangeira quando a sua própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, sendo que a tradução prevalecerá para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.
- 20.5 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

21. Caução

- 21.1 Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deverá prestar caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual.
- 21.2 Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar será de 10% (dez por cento) do preço contratual.

22. Modo de prestação da caução

- 22.1 O adjudicatário deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da notificação para o efeito, documento comprovativo da prestação da caução de garantia de boa execução

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- do contrato e comprovar essa prestação junto das entidades adjudicantes no dia imediatamente subsequente.
- 22.2 A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme minutas constantes dos Anexos VI e VII ao presente programa.
- 22.3 O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 22.4 Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deverá apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelas entidades adjudicantes em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 22.5 Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deverá apresentar apólice pela qual a seguradora assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelas entidades adjudicantes em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 22.6 Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não poderá, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias das entidades adjudicantes, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
- 22.7 Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

23. Preço anormalmente baixo

O preço proposto é considerado anormalmente baixo quando seja igual ou inferior a 20% em relação à média das propostas apresentadas a admitir.

24. Minuta do contrato

- 24.1 A minuta do contrato é aprovada pelas entidades que compõem o agrupamento.
- 24.2 Depois de aprovada a minuta do contrato, a mesma será notificada ao adjudicatário pela entidade responsável pela condução do procedimento.
- 24.3 A respetiva minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

- 24.4 São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem da proposta ou dos documentos que serviram de base ao presente procedimento ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 24.5 Em caso de reclamação, as entidades que aprovam a minuta notificam o adjudicatário da sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

25. Celebração do contrato

- 25.1 O contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação da caução;
 - c) Confirmados os compromissos, se aplicável.
- 25.2 A entidade adjudicante responsável pela condução do procedimento comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, no caso de assinatura presencial, a data, hora e local em que se celebrará o respetivo contrato e, no caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

26. Não outorga do contrato

- 26.1 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato ou, sendo o caso, não o remeter assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito.
- 26.2 No caso de o adjudicatário ser um agrupamento, a adjudicação caduca se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 6.3.
- 26.3 Nos casos previstos nos números anteriores, o adjudicatário perde a caução prestada a favor das entidades adjudicantes, devendo os órgãos competentes para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

27. Comunicações

Todas as comunicações entre as entidades adjudicantes ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada (Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

28. Encargos dos concorrentes com a elaboração das propostas

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução.

29. Regime legal aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente programa de concurso, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) em formato
eletrónico no Portal da Comissão Europeia, disponível no endereço

<https://ec.europa.eu/tools/espd>

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO II - Modelo de declaração de aceitação das condições locais

____(nome, n.º de documento de identificação e morada)____, na qualidade de representante legal de
____(firma, n.º de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, n.ºs de
identificação fiscal e sedes)____, depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da Empreitada
_____, declara, para os
devidos efeitos que se inteirou, por exame direto, das condições existentes no local de execução da
Empreitada, e que as aceita sem reservas.

... (local),... (data),... [assinatura ¹].

¹ Por representante(s) da(s) empresa(s) com poderes para a(s) vincular neste ato

**Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025****ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de impedimentos**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ².. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ³ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁴] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁵ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁶].

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

³ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁴ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁵ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO IV - Modelo do preço da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas pelo preço de _____ € [em algarismos e por extenso], com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A esta quantia acrescerá o IVA no valor de _____ € [em algarismos e por extenso] à taxa legal em vigor de ____ %, [em algarismos e por extenso].

Declara ainda que, obedecendo às condições previstas no programa de concurso e no caderno de encargos, se obriga a manter a sua proposta pelo período de 180 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente, no Código dos Contratos Públicos.

... (local),... (data),... [assinatura ⁷].

⁷ Por representante(s) da(s) empresa(s) com poderes para a(s) vincular neste ato

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO V - Modelo de acordo-promessa de constituição de agrupamento

____(nome, n° de documento de identificação e morada)____, na qualidade de representante legal de
____(firma, n° de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, n°s de
identificação fiscal e sedes)____, após terem tomado completo conhecimento das condições
estabelecidas no processo de concurso para contratação da Empreitada
_____, desde já formalizam a intenção de, em caso de
adjudicação, se constituírem em Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária com
sede em _____.

O representante do Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária⁸ é a
_____(empresa)_____.

⁹Pelo presente documento são também expressamente conferidos todos os poderes a
“ _____ ”¹⁰ para, em nome e representação dos concorrentes promitentes consorciados e
para efeitos do presente procedimento, submeter em plataforma eletrónica a respetiva proposta
vinculativa daqueles, assinar eletronicamente os inerentes documentos e prestar esclarecimentos sobre
a mesma, diretamente¹¹ ou por intermédio de representante por si designado¹².

... (local),... (data),...

[assinaturas ¹³]

⁸ No caso de o agrupamento adotar alguma designação especial, acrescentar: ”adotando o agrupamento a seguinte designação especial:.....(em maiúsculas)

⁹ Opcional

¹⁰ Representante do futuro Consórcio

¹¹ No caso de pessoas singulares

¹² No caso de pessoas coletivas

¹³ Pelo(s) representante(s) de cada uma das empresas com poderes para as vincular neste ato.

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO VI – Modelo de garantia bancária/seguro-caução

1. Clique aqui para introduzir texto.¹⁴, adiante designado/a abreviadamente por Escolha um item., com sede em Clique aqui para introduzir texto., matriculado/a na Conservatória do Registo Comercial de Clique aqui para introduzir texto., com o capital social de €Clique aqui para introduzir texto., vem pelo presente prestar nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Instituto Público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, criado pelo Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março (com as alterações decorrentes do DL n.º 55/2016, de 26/08), pessoa coletiva n.º 510306624, sito na Rua da Murgueira n.º 9/9A, 2610-124 Amadora, adiante designada APA, garantia no montante de €Clique aqui para introduzir texto.¹⁵ correspondente a Clique aqui para introduzir texto.%, destinada a garantir o bom e integral cumprimento da obrigações assumidas por, Clique aqui para introduzir texto.¹⁶ nos termos do contrato que vai outorgar no âmbito do procedimento de “Clique aqui para introduzir texto.”¹⁷, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica de Clique aqui para introduzir texto uma data.”.

2. A presente garantia cobre até ao citado montante todas e quaisquer responsabilidades e obrigações de Clique aqui para introduzir texto.¹⁸, perante a APA relativas ao referido contrato, pelo que Escolha um item., na qualidade de garante autónomo, se compromete irrevogavelmente a pagar à APA quaisquer quantias, até ao referido limite, logo que tal seja solicitado por aquela Agência.

3. Escolha um item. não pode opor à APA quaisquer meios de defesa de que o adjudicatário possa prevalecer-se face à APA.

4. A presente garantia é válida até que haja comunicação escrita da APA feita Escolha um item., de que Clique aqui para introduzir texto.⁵ cumpriu pontualmente as suas obrigações, apenas caducando com tal comunicação.

Exclusivamente para os seguros caução:

5. A falta de cumprimento pelo Tomador do Seguro de qualquer uma das suas obrigações, nomeadamente o pagamento de prémio, não prejudica nenhum direito do segurado.

Data e Assinatura (s)

(Assinaturas dos representantes do Banco ou Seguradora reconhecidas notarialmente, na qualidade e com poderes para o ato).

¹⁴ Identificação completa do Banco ou Seguradora que garante a execução dos compromissos assumidos pelo seu cliente

¹⁵ O montante deve ser indicado em valor numérico e por extenso

¹⁶ Identificação completa do adjudicatário

¹⁷ Designação completa do procedimento

¹⁸ Identificação do adjudicatário

PROGRAMA DE CONCURSO

Empreitada de alimentação artificial das praias do concelho de Almada
(Costa da Caparica e de S. João da Caparica) – 2025

ANEXO VII – Modelo Fundos bloqueados no banco/Depósito Caução

1. Clique aqui para introduzir texto.¹⁹, adiante designado abreviadamente por Banco, com sede em Clique aqui para introduzir texto., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Clique aqui para introduzir texto., com o capital social de €Clique aqui para introduzir texto., pelo presente instrumento declara que efetuou um Escolha um item., nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Instituto Público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, criado pelo Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março (com as alterações decorrentes do DL n.º 55/2016, de 26/08), pessoa coletiva n.º 510306624, sito na Rua da Murgueira n.º 9/9A, 2610-124 Amadora, adiante designada APA, no montante de €Clique aqui para introduzir texto.²⁰ correspondente a Clique aqui para introduzir texto.%, destinada a garantir o bom e integral cumprimento da obrigações assumidas por, Clique aqui para introduzir texto.²¹ nos termos do contrato que vai outorgar no âmbito do procedimento de “Clique aqui para introduzir texto.”²², cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica de Clique aqui para introduzir uma data.”.

2. A presente garantia cobre até ao citado montante todas e quaisquer responsabilidades e obrigações de Clique aqui para introduzir texto.²³, perante a APA relativas ao referido contrato, pelo que o Banco, na qualidade de garante autónomo, se compromete irrevogavelmente a pagar à APA quaisquer quantias, até ao referido limite, logo que tal seja solicitado por aquela Agência.

3. O Banco não pode opor à APA quaisquer meios de defesa de que o adjudicatário possa prevalecer-se face à APA.

4. A presente garantia é válida até que haja comunicação escrita da APA feita ao Banco, de que Clique aqui para introduzir texto.⁵ cumpriu pontualmente as suas obrigações, apenas caducando com tal comunicação.

Data e Assinatura (s)

(Assinaturas dos representantes do Banco reconhecidas, na qualidade e com poderes para o ato).

¹⁹ Identificação completa do Banco que garante a execução dos compromissos assumidos pelo seu cliente.

²⁰ O montante deve ser indicado em valor numérico e por extenso.

²¹ Identificação completa do adjudicatário.

²² Designação completa do procedimento.

²³ Identificação do adjudicatário.